

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 31/03/2022	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021	10
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	12
--------------------------	----

Notas Explicativas	18
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	39
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	40
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	41
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidade)	Trimestre Atual 31/03/2022
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	175.000.000
Preferenciais	0
Total	175.000.000
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
1	Ativo Total	8.297.434	2.830.490
1.01	Ativo Circulante	688.630	486.882
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	384.635	119.778
1.01.02	Aplicações Financeiras	49.981	19.751
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	49.981	19.751
1.01.03	Contas a Receber	194.474	175.730
1.01.03.01	Clientes	194.474	175.730
1.01.03.01.01	Contas a Receber	192.945	174.017
1.01.03.01.02	Contas a Receber de Partes Relacionadas	1.529	1.713
1.01.06	Tributos a Recuperar	2.811	4.446
1.01.07	Despesas Antecipadas	0	6.877
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	56.729	160.300
1.01.08.03	Outros	56.729	160.300
1.01.08.03.02	Pagamentos Antecipados Relacionadas a Concessão	51.600	159.860
1.01.08.03.03	Adiantamento a Fornecedores	16	24
1.01.08.03.05	Outros Créditos	5.113	416
1.02	Ativo Não Circulante	7.608.804	2.343.608
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	765.443	697.245
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	460	490
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	1.678	1.688
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	763.305	695.067
1.02.01.10.04	Tributos a Recuperar	1.240	1.222
1.02.01.10.05	Pagamentos Antecipados Relacionados a Concessão	761.019	692.723
1.02.01.10.06	Depósitos Judiciais	1.046	1.122
1.02.03	Imobilizado	36.464	38.908
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	27.809	28.831
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	961	1.201
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	7.694	8.876
1.02.04	Intangível	6.806.897	1.607.455
1.02.04.01	Intangíveis	6.806.897	1.607.455
1.02.04.01.02	Intangível	6.767.226	1.572.661
1.02.04.01.03	Infraestrutura em Construção	39.671	34.794

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
2	Passivo Total	8.297.434	2.830.490
2.01	Passivo Circulante	361.555	360.779
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	14.360	12.791
2.01.01.01	Obrigações Sociais	2.089	1.568
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	12.271	11.223
2.01.02	Fornecedores	35.598	24.936
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	35.598	24.870
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	0	66
2.01.03	Obrigações Fiscais	99.064	161.432
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	86.488	149.320
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	70.507	135.425
2.01.03.01.02	Impostos e contribuições a recolher	15.981	13.895
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	12.576	12.112
2.01.03.03.01	Impostos e contribuições a recolher	12.069	11.605
2.01.03.03.02	ISS a recolher	507	507
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	198.263	143.828
2.01.04.02	Debêntures	198.263	143.828
2.01.05	Outras Obrigações	14.270	17.792
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	2.354	5.447
2.01.05.02	Outros	11.916	12.345
2.01.05.02.04	Obrigações com poder concedente	3.536	3.452
2.01.05.02.05	Outras contas a pagar	7.353	7.867
2.01.05.02.06	Passivo de Arrendamento	1.027	1.026
2.02	Passivo Não Circulante	3.769.146	1.974.867
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.834.569	1.834.321
2.02.01.02	Debêntures	1.834.569	1.834.321
2.02.02	Outras Obrigações	6.601	12.699
2.02.02.02	Outros	6.601	12.699
2.02.02.02.03	Impostos e contribuições parcelados	593	510
2.02.02.02.04	Impostos e contribuições a recolher	6.008	6.397
2.02.02.02.07	Fornecedores	0	5.544
2.02.02.02.08	Passivo de Arrendamento	0	248
2.02.03	Tributos Diferidos	1.820.719	44.907
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.820.719	44.907
2.02.04	Provisões	107.257	82.940
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	32.808	32.263
2.02.04.01.05	Provisão para contingências	32.723	32.051
2.02.04.01.06	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários	85	212
2.02.04.02	Outras Provisões	74.449	50.677
2.02.04.02.04	Provisão de manutenção	74.449	50.677
2.03	Patrimônio Líquido	4.166.733	494.844
2.03.01	Capital Social Realizado	246.750	246.750
2.03.04	Reservas de Lucros	248.094	248.094
2.03.04.01	Reserva Legal	49.350	49.350
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	197.344	197.344

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	1.400	1.400
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	3.671.889	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	5.848.428	511.635
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-208.507	-162.334
3.02.01	Custo de construção	-5.632	-4.676
3.02.02	Provisão de manutenção	-22.773	0
3.02.03	Depreciação e amortização	-64.342	-53.472
3.02.04	Custo de outorga	-49.633	-48.289
3.02.05	Serviços	-39.909	-32.343
3.02.06	Custo com pessoal	-17.148	-16.088
3.02.07	Materiais, equipamentos e veículos	-5.643	-4.930
3.02.08	Outros	-3.427	-2.536
3.03	Resultado Bruto	5.639.921	349.301
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-29.129	-35.505
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-29.151	-35.578
3.04.02.01	Serviços	-17.679	-18.756
3.04.02.02	Despesas com pessoal	-2.880	-2.917
3.04.02.03	Materiais, equipamentos e veículos	-343	-269
3.04.02.04	Depreciação e amortização	-634	-713
3.04.02.05	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	-1.175	-1.053
3.04.02.06	Lei Rouanet, Incentivos audiovisuais, esportivos e outros	-672	-2.884
3.04.02.07	Campanhas publicitárias e eventos, feiras e informativos	-996	-6.960
3.04.02.08	Água, luz, telefone, internet e gás	-293	-129
3.04.02.09	Contribuições a sindicatos e associações de classe	-502	-324
3.04.02.10	Provisão para perda esperada - contas a receber	19	6
3.04.02.11	Impostos, taxas e despesas com cartório	-191	-175
3.04.02.12	Outros	-3.805	-1.404
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	967
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	22	-894
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	5.610.792	313.796
3.06	Resultado Financeiro	-48.436	-42.157
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	5.562.356	271.639
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-1.890.467	-91.722
3.08.01	Corrente	-114.655	-95.936
3.08.02	Diferido	-1.775.812	4.214
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	3.671.889	179.917
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	3.671.889	179.917
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	20,9822	1,0281
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	20,9822	1,0281

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
4.01	Lucro Líquido do Período	3.671.889	179.917
4.03	Resultado Abrangente do Período	3.671.889	179.917

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	302.918	207.207
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	381.041	318.032
6.01.01.01	Lucro líquido do período	3.671.889	179.917
6.01.01.02	Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.775.812	-4.214
6.01.01.03	Apropriação de despesas antecipadas relacionadas à concessão	39.964	39.965
6.01.01.04	Depreciação e amortização	64.976	54.185
6.01.01.05	Baixa do ativo imobilizado	0	196
6.01.01.07	Juros e variação monetária sobre debêntures	54.748	43.892
6.01.01.08	Receitas de reequilíbrio	-5.254.058	0
6.01.01.09	Ajuste a valor presente passivo de arrendamento	19	0
6.01.01.11	Provisão para perda esperada – contas a receber	-19	-6
6.01.01.12	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários	4.844	3.897
6.01.01.13	Constituição da provisão de manutenção	22.773	0
6.01.01.14	Rendimento de aplicações financeiras	754	0
6.01.01.15	Capitalização de custo de empréstimos	-1.174	-482
6.01.01.16	Ajuste a valor presente de provisão manutenção	999	0
6.01.01.17	Variação cambial s/ fornecedores estrangeiros	1	2
6.01.01.18	Atualização monetária sobre riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários	-487	680
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-78.123	-110.825
6.01.02.01	Contas a receber com clientes	-18.909	-8.379
6.01.02.02	Contas a receber - partes relacionadas	194	566
6.01.02.03	Tributos a recuperar	1.621	3.198
6.01.02.04	Despesas antecipadas	2.286	1.336
6.01.02.06	Adiantamento a fornecedores	8	-7
6.01.02.07	Fornecedores	5.117	1.566
6.01.02.08	Fornecedores - partes relacionadas	-3.093	-708
6.01.02.09	Obrigações sociais e trabalhistas	1.652	949
6.01.02.10	Impostos e contrib. a recolher e parcelados e provisão para impostos	114.185	91.721
6.01.02.11	Pagamento de IR e CS	-176.680	-198.475
6.01.02.12	Obrigações com o Poder concedente	84	-211
6.01.02.14	Outras contas a pagar	-903	-785
6.01.02.15	Pagamento para provisão para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários	-3.685	-1.596
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-37.730	-76.367
6.02.01	Aquisição de ativo imobilizado	-1.004	-538
6.02.02	Aquisição de ativo intangível	-5.815	-5.050
6.02.03	Aplicações financeiras liquidas de resgate	-30.984	-70.977
6.02.04	Outros de ativo imobilizado e intangível	73	198
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-331	-22.673
6.03.03	Debêntures - pagamento de juros	-65	-22.407
6.03.15	Passivo de arrendamento (pagamentos)	-266	-266
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	264.857	108.167
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	119.778	254.892

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	384.635	363.059

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/03/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	246.750	0	248.094	0	0	494.844
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	246.750	0	248.094	0	0	494.844
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	3.671.889	0	3.671.889
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	3.671.889	0	3.671.889
5.07	Saldos Finais	246.750	0	248.094	3.671.889	0	4.166.733

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	246.750	0	253.471	0	0	500.221
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	246.750	0	253.471	0	0	500.221
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	179.917	0	179.917
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	179.917	0	179.917
5.07	Saldos Finais	246.750	0	253.471	179.917	0	680.138

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
7.01	Receitas	5.905.452	560.093
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	5.904.259	559.605
7.01.02	Outras Receitas	1.174	482
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	19	6
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-152.009	-123.818
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-48.269	-38.112
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-25.702	-81.030
7.02.04	Outros	-78.038	-4.676
7.02.04.01	Custo de construção	-55.265	-4.676
7.02.04.02	Provisão de manutenção	-22.773	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	5.753.443	436.275
7.04	Retenções	-64.976	-54.185
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-64.976	-54.185
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	5.688.467	382.090
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	6.623	4.254
7.06.02	Receitas Financeiras	6.623	4.254
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	5.695.090	386.344
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	5.695.090	386.344
7.08.01	Pessoal	17.784	16.765
7.08.01.01	Remuneração Direta	10.687	10.548
7.08.01.02	Benefícios	6.179	5.239
7.08.01.03	F.G.T.S.	638	639
7.08.01.04	Outros	280	339
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.948.588	142.161
7.08.02.01	Federais	1.916.258	114.262
7.08.02.02	Estaduais	134	120
7.08.02.03	Municipais	32.196	27.779
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	56.829	47.501
7.08.03.01	Juros	56.224	46.851
7.08.03.02	Aluguéis	605	650
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	3.671.889	179.917
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	3.671.889	179.917

Comentário do Desempenho

1. ANÁLISE DE DESEMPENHO OPERACIONAL DA AUTOBAN

Janeiro a Março/2022

A AutoBAN (“CCR AutoBAN” ou “Companhia” ou “Concessionária”) é uma sociedade por ações controlada pela CCR S.A. (“CCR”), a qual detém, direta e indiretamente, 100% do capital social da Companhia.

As informações trimestrais (ITR) foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – (IASB), incluem também as disposições da Lei nº 6.404/1976 e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis para a apresentação das informações trimestrais e as comparações são referentes ao 1T2022.

1.1 - Principais indicadores:

- A receita líquida operacional foi de R\$ 5.842.796 milhões (1.052,4%);
- O EBIT aumentou para R\$ 5.610.792 milhões (1.688,0%) e a margem EBIT ajustada aumentou para 96,0% (34,1 p.p.);
- O EBITDA ajustado atingiu R\$ 5.738.505 milhões (1.306,5%) e a margem EBITDA ajustada 98,2% (17,7 p.p.);
- O lucro líquido totalizou R\$ 3.671.889 milhões (1.941,1%).

Indicadores (R\$ MM)	1T22	1T21	Var.%
Receita Líquida Operacional*	5.842,8	507,0	1.052,4%
Receita Líquida Operacional mesma base**	588,8	507,0	16,1%
EBIT	5.610,8	313,8	1.688,0%
<i>Margem EBIT Ajustada</i>	96,0%	61,9%	34,1 p.p.
EBITDA (ajustado)	5.738,6	408,0	1.306,5%
EBITDA (ajustado) mesma base**	484,5	408,0	18,8%
<i>Margem EBITDA (ajustada)</i>	98,2%	80,5%	17,7 p.p.
<i>Margem EBITDA (ajustada) mesma base**</i>	82,3%	80,5%	1,8 p.p.
Lucro Líquido	3.671,9	179,9	1.941,1%
Lucro Líquido mesma base**	204,2	179,9	13,5%

*Receita Líquida Operacional é a Receita Líquida deduzida da Receita de Construção.

** Receita Líquida Operacional mesma base, EBITDA e Margem EBITDA mesma base e Lucro Líquido mesma base são calculados sem o efeito da receita de reequilíbrio (R\$5,3 bilhões) no 1T22 (R\$3,5 bilhões líquidos de impostos) para comparabilidade dos resultados.

- (a) As margens EBIT e EBITDA ajustadas foram calculadas por meio da divisão do EBIT e EBITDA ajustados pelas receitas líquidas operacionais, excluídas as receitas de construção.

Comentário do Desempenho

1.2 - Volume de tráfego em comparação com igual período do ano anterior (Veq¹)

Em unid. (Veq ¹)	1T22	1T21	Var.%
Veículos de Passeio (Eq)	28.608.959	24.541.442	16,6%
Veículos Comerciais (Eq)	36.388.038	36.478.491	-0,2%
Veículos Equivalentes	64.996.997	61.019.933	6,5%

(Veq¹) - Veículos equivalentes é a medida calculada adicionando aos veículos leves, os veículos pesados (comerciais como caminhões e ônibus) multiplicados pelos respectivos números de eixos cobrados. Um veículo leve equivale a um eixo de veículo pesado.

Tráfego consolidado (+6,5%)

O tráfego consolidado do 1T22 registrou crescimento de 6,5% sobre o 1T21, sob influência da liberação das medidas de restrição e isolamento social no Estado de São Paulo por conta da pandemia do COVID-19.

Veículos de passeio (+16,6%)

O tráfego de passeio foi fortemente afetado pelas medidas contra o COVID-19 no 1T21, principalmente no mês de março, quando houve a segunda onda da pandemia. O 1T22 registrou crescimento expressivo de 16,6% influenciado pela liberação das medidas de restrição e isolamento social no Estado de São Paulo.

Veículos comerciais (-0,2%)

A movimentação de veículos comerciais no 1T22 ficou praticamente em linha com o mesmo período do ano anterior.

1.3 - Reajustes de tarifas de pedágio

A tarifa de pedágio foi reajustada em 8,05% a partir da zero hora de 1º de julho de 2021, considerando a variação acumulada de 12 meses do índice IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) de junho de 2020 a maio de 2021.

1.4 - Análise do demonstrativo de resultado trimestral

Receita Bruta Operacional (R\$ mil)	1T22	1T21	Var.%
Receita de Pedágio	630.822	544.831	15,8%
Receita Partes Relacionadas	763	980	-22,1%
Receitas Acessórias	12.984	9.118	42,4%
Receita de Reequilíbrio	5.254.058	0	0,0%
Receita Bruta Operacional Total	5.898.627	554.929	963,0%

Receita Bruta de Construção (R\$ mil)	1T22	1T21	Var.%
Total	5.632	4.676	20,4%

Comentário do Desempenho

No 1º trimestre de 2022 destacaram-se os serviços de recuperação de pavimentação asfáltica e de recuperação de obras de arte especiais (OAE), além das obras de implantação de via marginal do km 52+880 ao km 53+856 e km 54+320 ao km 55+091 da SP-330, incluindo alargamento da marginal existente e da alça de saída para via expressa sentido interior, do km 55+300 ao 56+000.

Receita líquida operacional

A receita líquida operacional do 1T22 (conforme demonstrado no quadro 1.1) foi 1.052,4% maior do que no mesmo período do ano anterior, especialmente em decorrência da contabilização da receita da assinatura do acordo definitivo, além dos efeitos do reajuste de tarifa ocorrido em julho de 2021 e da recuperação de tráfego de veículos de passeio nas rodovias (no primeiro trimestre de 2021 ainda havia restrições de circulação devido a pandemia do COVID-19).

As deduções sobre a receita operacional bruta, isto é, o recolhimento de PIS (Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) e ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), cujo percentual total foi de 8,65% sobre a receita operacional bruta, totalizaram o valor de R\$ 55,7 milhões.

Custos e despesas totais

Custos (R\$ mil)	1T22	1T21	Var.%
Custo de Construção	5.632	4.676	20,4%
Provisão de Manutenção	22.773	0	0,0%
Depreciação e Amortização	64.976	54.185	19,9%
Custo da Outorga	49.633	48.289	2,8%
Serviços de Terceiros	57.588	51.099	12,7%
Pessoal	20.028	19.005	5,4%
Materiais, Equipamentos e Veículos	5.986	5.199	15,1%
Outros	11.020	15.386	-28,4%
Custos Totais	237.636	197.839	20,1%

Custo de construção: O custo de construção sofreu um aumento de 20,4% no 1T22 quando comparado ao 1T21. Este aumento reflete principalmente os custos com a obra de implantação de via marginal na região do km 53 pista sentido interior da Rodovia Anhanguera.

Provisão para manutenção: a provisão para manutenção aumentou em R\$ 22.773 quando comparado ao 1T21. A variação tem relação direta com a extensão do prazo contratual e a exigência da contabilização mensal dessa provisão, que ocorreu a partir de junho de 2021 e, portanto, não tinha efeito do primeiro trimestre daquele ano.

Depreciação e amortização: O aumento das despesas de 19,9% no 1T22 em comparação ao 1T21 se deve especialmente a amortização da parcela de R\$ 242 milhões pagos no Acordo Preliminar celebrado em junho de 2021.

Custo da outorga: O custo da outorga no 1T22 aumentou em 2,8% quando comparado ao mesmo período do ano anterior, devido ao aumento da outorga variável resultante do aumento de receita.

Comentário do Desempenho

Serviços de Terceiros: Os valores no 1T22 estão 12,7% maiores do que no 1T21, influência de da realização de serviços de recuperação de pavimento para atendimento de não conformidades da ARTESP, além da realização de serviços de recuperação de obras de arte postergados em 2021.

Pessoal: O custo com pessoal no 1T22 foi 5,4% maior em comparação com o mesmo período do ano anterior devido, principalmente, aos aumentos em assistência médica e PLR.

Materiais, Equipamentos e Veículos: Os valores do 1T22 foram 15,1% maiores em relação ao 1T21, substancialmente devido ao aumento no preço dos combustíveis, ao efeito inflacionário sobre materiais de consumo e ao início dos contratos de aluguel dos veículos da operação.

Outros: Os valores do 1T22 apresentaram redução de 28,4% em relação ao 1T21, principalmente devido à redução de valores realizados com Leis de Incentivo.

EBITDA

Reconciliação EBITDA Ajustado (R\$ MM)	1T22	1T21	Var.%
Lucro Líquido	3.671,9	179,9	1.941,1%
(+) IR/CS	1.890,5	91,7	1.961,6%
(+) Resultado Financeiro Líquido	48,4	42,2	14,7%
(+) Depreciação e Amortização	65,0	54,2	19,9%
EBITDA (a)	5.675,8	368,0	1.442,3%
Margem EBITDA	97,0%	71,9%	25,1 p.p.
(+) Despesas antecipadas (b)	40,0	40,0	0,0%
(+) Provisão de Manutenção (e)	22,8	0,0	0,0%
EBITDA ajustado	5.738,6	408,0	1.306,5%
Margem EBITDA ajustada (c)	98,2%	80,5%	17,7 p.p.

EBIT

Reconciliação EBIT (R\$ MM)	1T22	1T21	Var.%
Lucro Líquido	3.671,9	179,9	1.941,1%
(+) IR/CS	1.890,5	91,7	1.961,6%
(+) Resultado Financeiro Líquido	48,4	42,2	14,7%
EBIT (a)	5.610,8	313,8	1.688,0%
Margem EBIT	95,9%	61,3%	34,6 p.p.
Margem EBIT Ajustada (d)	96,0%	61,9%	34,1 p.p.

(a) Cálculo efetuado segundo Instrução CVM 527/2012.

(b) Refere-se à apropriação ao resultado de pagamentos antecipados relacionados à concessão, ajustada por tratar-se de item não caixa nas informações trimestrais (ITR).

(c) A margem EBITDA ajustada foi calculada por meio da divisão do EBITDA pelas Receitas Líquidas Operacionais, o que exclui as receitas de construção.

(d) A margem EBIT ajustada foi calculada sobre a receita líquida, excluindo-se a receita de construção.

Comentário do Desempenho

Resultado financeiro líquido

Resultado Financeiro Líquido (R\$ MM)	1T22	1T21	Var.%
Despesas Financeiras	55,0	46,4	18,5%
Juros e variações monetárias	54,7	46,3	18,1%
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	1,0	0,0	0,0%
Capitalização de custos dos empréstimos	-1,2	-0,5	140,0%
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	0,5	0,6	-17,0%
Receitas Financeiras	-6,6	-4,2	57,1%
Variação monetária sobre debêntures	0,0	-2,4	-100,0%
Rendimento sobre aplicações financeiras	-6,3	-1,5	320,0%
Juros e outras receitas financeiras	-0,3	-0,3	0,0%
Resultado Financeiro Líquido	48,4	42,2	14,7%

O Resultado Financeiro Líquido no 1T22 variou 14,7% quando comparado com o 1T21, principalmente pela alta variação do indexador das dívidas, o CDI.

2. Investimentos

A Concessionária mantém em dia os compromissos contratuais de investimento das rodovias no Sistema Anhanguera Bandeirantes.

3. Fatos relevantes sobre o Serviço de Atendimento ao Usuário (SAU)

Total de Acidentes (un)	1T22	1T21	Var.%
Total de acidentes	1.315	1.408	-6,6%
Total de vítimas	815	895	-8,9%

4. Considerações finais

As informações trimestrais (ITR) da Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A., aqui apresentadas, estão de acordo com os critérios de legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras revisadas.

As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de revisão por parte dos auditores independentes.

Comentário do Desempenho

5. Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com a conclusão expressa no Relatório da KPMG Auditores Independentes, emitido nesta data, e com as informações trimestrais (ITR) relativas ao período de três meses findo em 30 de setembro de 2021.

Jundiaí, 12 de maio de 2022.

A Diretoria.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais (ITR) findas em 31 de março de 2022

Os saldos apresentados em Reais nestas ITRs foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

1. Contexto operacional

A Companhia é uma sociedade anônima de capital aberto domiciliada no Brasil, constituída de acordo com as leis brasileiras. A sede está localizada na Avenida Professora Maria do Carmo Guimarães Pellegrini, nº 200, Bairro do Retiro, na cidade de Jundiaí, estado de São Paulo.

A Companhia tem por objetivo exclusivo realizar, sob o regime de concessão até 31 de dezembro de 2037, a exploração do Sistema Rodoviário Anhanguera-Bandeirantes, composto pelas rodovias SP-330 e SP-348, entre São Paulo e Limeira, sendo responsável pela administração de 316,8 km, compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, incluindo serviços operacionais, de conservação e de ampliação do sistema, serviços complementares e não delegados, além de atos necessários ao cumprimento do objeto, nos termos do contrato de concessão celebrado com o Departamento de Estradas de Rodagem de São Paulo - DER/SP.

A principal fonte de receita é a arrecadação da tarifa de pedágio, cuja cobrança teve início em 1º de maio de 1998, após a assinatura do contrato, e poderá ser reajustada anualmente, tendo como data-base do reajuste o mês de julho.

Neste trimestre não ocorreram mudanças relevantes no contexto operacional, em relação às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021. A Companhia mostra recuperação dos efeitos da redução de tráfego causada pela pandemia do COVID-19 à medida que se flexibilizam medidas restritivas no primeiro trimestre de 2022. A recuperação do trimestre é mais evidente no tráfego de veículos de passeio nas rodovias.

- **Termo Aditivo e Modificativo Coletivo nº 1/2022 (Acordo Definitivo)**

Em 31 de março de 2022 foi celebrado entre a Companhia e o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Logística e Transportes (“Poder Concedente”), com a interveniência e anuência da ARTESP.

Observando-se os termos e condições previstas no Termo Aditivo e Modificativo Preliminar Coletivo nº 1/2021, que foi celebrado no dia 29 de junho de 2021, o Acordo Definitivo teve o objetivo de (i) estabelecer os valores finais, apurados a partir dos cálculos realizados pela ARTESP, de cada um dos desequilíbrios econômico-financeiros dos contratos objeto do Acordo Definitivo, reconhecidos de forma irrevogável e irretroatável no Acordo Preliminar; (ii) disciplinar as responsabilidades das partes e da ARTESP quanto às medidas necessárias para o encerramento das ações judiciais objeto do Acordo Definitivo; (iii) reconhecer o saldo remanescente de desequilíbrio em favor da Companhia; (iv) promover o reequilíbrio econômico-financeiro mediante prorrogação do prazo de vigência do contrato de concessão em 3.911 dias, encerrando-se em 31/12/2037.

Com a assinatura do Acordo Definitivo, as Partes outorgaram quitações recíprocas com relação a quaisquer litígios, presentes ou futuros, que tenham por objeto os eventos de desequilíbrio econômico-financeiro efetivamente reequilibrados pelo Acordo Preliminar e pelo Acordo Definitivo.

Notas Explicativas

- **Bens reversíveis, opção de renovação de contratos de concessão e direitos de rescindir o contrato**

No final do período de concessão, retornam ao Poder Concedente todos os direitos, privilégios e bens adquiridos, construídos ou transferidos no âmbito do contrato de concessão. A Companhia terá direito ao ressarcimento relativo aos investimentos necessários para garantir a continuidade e atualidade dos serviços abrangidos pelo contrato de concessão, desde que ainda não tenham sido depreciados/amortizados e cuja implementação, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão.

1.1. Acordo definitivo

Em 31 de março de 2022, a controladora divulgou fato relevante ao mercado, noticiando que foi celebrado o Termo Aditivo e Modificativo Coletivo nº 01/2022 (“Acordo Definitivo”) aos Contratos de Concessão da Companhia, da SPVias e da ViaOeste (“Partes”).

Com a assinatura do Acordo Definitivo, as Partes outorgaram quitações recíprocas com relação a quaisquer litígios, presentes ou futuros, que tenham por objeto os eventos de desequilíbrio econômico-financeiro efetivamente reequilibrados pelo Acordo Preliminar e pelo Acordo Definitivo.

1.2. Processo de investigação

Neste trimestre não ocorreram mudanças nos temas relacionados ao Termo de Autocomposição, quando comparados a 31 de dezembro de 2021, uma vez que foram integralmente cumpridos.

1.3. Outras informações relevantes

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos relacionados a questões regulatórias de concessão. São eles principalmente:

i. Termo Aditivo Modificativo nº 16/06

O Estado de São Paulo e a Companhia discutem, em diferentes ações judiciais, a validade, ou não, do Termo Aditivo Modificativo nº 16/06 (TAM), tendo em vista a manifestação administrativa no sentido da invalidade do referido TAM no que este adotou dados relativos às projeções financeiras da época da celebração do contrato de concessão para implementar reequilíbrio econômico-financeiro.

Em 14 de julho de 2021, devido ao acordo preliminar celebrado entre as partes, divulgado no Fato Relevante da Companhia em 29 de junho de 2021, a Companhia requereu a desistência da totalidade dos recursos vinculados à ação. Em 25 de agosto de 2021, foi homologada a desistência dos recursos.

Em 22 de fevereiro de 2022, a Companhia realizou o depósito dos honorários devidos ao Estado de São Paulo, bem como, houve o trânsito em julgado do processo.

ii. Reajuste Tarifário de 2013

Em face de decisão do Governo do Estado de São Paulo, que decidiu não repassar aos usuários das rodovias estaduais os reajustes das tarifas definidos para 1º de julho de 2013, conforme contratos de concessão em vigor, com o estabelecimento de medidas compensatórias consideradas insuficientes pela concessionária, foi proposta medida judicial pleiteando o integral reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão. Referido processo judicial foi incluído no acordo

Notas Explicativas

preliminar celebrado entre as partes, divulgado no Fato Relevante da Companhia em 29 de junho de 2021, considerando o reconhecimento do pleito em favor da concessionária.

Em face do acordo, a Companhia requereu, em 20 de julho de 2021, a suspensão da ação. Em 16 de março de 2022, foi deferido o pedido de suspensão da ação pelo prazo de 06 meses.

Em razão da formalização do acordo definitivo com o Estado de São Paulo ocorrida em 31 de março de 2022, a Companhia requereu no dia 8 de abril de 2022, que seja reconhecida a perda de objeto da ação por perda superveniente de interesse processual.

iii. Reajuste Tarifário de 2014

Em face de decisão do Governo do Estado de São Paulo, que decidiu não repassar aos usuários das rodovias estaduais os reajustes das tarifas definidos para 1º de julho de 2014, conforme contratos de concessão em vigor, com o estabelecimento de medidas compensatórias consideradas insuficientes pela concessionária, foi proposta medida judicial pleiteando o integral reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão. Referido processo judicial foi incluído no acordo preliminar celebrado entre as partes, divulgado no Fato Relevante da Companhia em 29 de junho de 2021, considerando o reconhecimento do pleito em favor da Companhia.

Em face do acordo, a Companhia requereu, em 14 de julho de 2021, a suspensão da ação. Em 19 de agosto de 2021, foi deferido o pedido de suspensão pelo prazo de 6 meses, com término em 19 de fevereiro de 2022.

Em razão da formalização do acordo definitivo com o Estado de São Paulo ocorrida em 31 de março de 2022, a Companhia requereu no dia 8 de abril de 2022, que seja reconhecida a perda de objeto da ação por perda superveniente de interesse processual.

iv. Alteração do índice de reajuste de tarifas de pedágio

Em face da alteração dos índices de reajuste das tarifas de pedágio implementadas em 29 de junho de 2015, no qual foi (i) adotado como índice de reajuste das tarifas de pedágio do contrato de concessão, aquele que, entre o IGP-M e o IPCA, apresentar menor variação percentual no período compreendido entre a data do último reajuste realizado e a data do reajuste que será realizado; e (ii) estabelecido procedimento e forma de revisão contratual para verificação da existência de eventual desequilíbrio econômico-financeiro e sua recomposição, decorrentes da aplicação dessa alteração, caracterizou-se a ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão a favor das concessionárias, caso se verifique diferença entre o montante anual da receita de pedágio auferida por meio das tarifas reajustadas e efetivamente cobradas pelas concessionárias e o montante que teria sido recebido caso as tarifas tivessem sido reajustadas pela variação acumulada do IGP-M.

Ante a demora da ARTESP na instauração do primeiro processo administrativo tratando do biênio compreendido entre 1º de julho de 2013 e 30 de junho de 2015, a concessionária ajuizou a ação de Procedimento Ordinário nº 1014628-22.2017.8.26.0053, contra a ARTESP e o Estado de São Paulo, pleiteando o reequilíbrio devido relativamente ao aludido período.

Referido processo judicial foi incluído no acordo preliminar celebrado entre as partes, divulgado no Fato Relevante da Companhia em 29 de junho de 2021, considerando o reconhecimento do pleito em favor da concessionária. Em face do acordo, a Companhia requereu, em 14 de julho de 2021, a suspensão da ação. Em 17 de julho de 2021, foi deferido o pedido de suspensão pelo prazo de 6 meses, com término em 13 de janeiro de 2022.

Em razão da formalização do acordo definitivo com o Estado de São Paulo ocorrida em 31 de março de 2022, a Companhia requereu no dia 8 de abril de 2022 a desistência da ação.

Notas Explicativas

Em 12 de abril de 2022, o Estado de São Paulo e a ARTESP peticionaram para manifestar concordância com o pedido de desistência.

v. Ação de Improbidade Administrativa - Processo nº 0022800-92.2002.8.26.0053 (antigo 053.02.022800-0)

Em 28 de agosto de 2002, foi ajuizada a ação civil pública de Improbidade Administrativa nº 0022800-92.2002.8.26.0053 (antigo nº 053.02.022800-0) pelo Ministério Público do Estado de São Paulo visando à declaração de nulidade da concorrência 007/CIC/97 e do correspondente contrato de concessão. Após a apresentação de defesa prévia, em abril de 2011, foi proferido despacho rejeitando a manifestação da Companhia, na qual se defendia, entre outros argumentos, que a Companhia foi incluída posteriormente no polo passivo da ação após ocorrida a prescrição do direito de ação conforme inciso I do artigo nº 23 da Lei de Improbidade (até cinco anos após o término do exercício de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança). Após a apresentação das contestações, em 25 de agosto de 2017, foi proferida sentença julgando improcedente a ação, reconhecendo a prescrição intercorrente.

Em 20 de março de 2018, o MP/SP interpôs o recurso de apelação ao qual foi dado provimento em 12 de junho de 2019 para afastar a prescrição intercorrente e determinar o retorno dos autos à 1ª instância para que seja apreciada a necessidade de eventual produção de provas e para a apreciação do mérito da ação.

Em 26 de julho de 2019, a Fazenda Pública do Estado de São Paulo e o DER opuseram recurso de embargos de declaração, que tiveram provimento negado, tendo o acórdão transitado em julgado em 4 de fevereiro de 2020. Os autos foram remetidos ao Juízo de origem, sendo em que 2 de agosto de 2021, foi aberto prazo às empresas rés para se manifestarem acerca de petições do Ministério Público do Estado de São Paulo o qual, em síntese, apresentou seu interesse na produção de prova pericial e testemunhal bem como entendeu necessário que as partes se manifestassem sobre a abertura de procedimento de resolução consensual do processo, ao que as empresas rés se manifestaram no sentido de inexistir interesse em tal resolução consensual do processo.

Em 5 de novembro de 2021, o juiz da causa proferiu despacho abrindo prazo para o Ministério Público se manifestar acerca da aplicabilidade de recente alteração promovida na Lei de Improbidade Administrativa, especificamente acerca da eventual aplicabilidade da prescrição intercorrente para o caso, o que ocorreu em 7 de abril de 2022. Aguarda-se a intimação da Companhia para apresentar resposta à referida manifestação do Ministério Público.

2. Principais práticas contábeis

Neste trimestre não ocorreram mudanças nas principais políticas e práticas contábeis e, portanto, mantém-se a consistência de aplicação dos procedimentos divulgados nas notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, exceto pelas mudanças de políticas conforme descrito abaixo, que descreve sobre a contabilização de transações relacionadas a desequilíbrios econômicos entre concessionária e Poder Concedente favoráveis à Companhia.

Política contábil anteriormente a 1º de janeiro de 2022

A Companhia não reconhecia em suas demonstrações financeiras ativos não monetários oriundos de contratos de concessão firmados com o Poder Concedente relacionados a extensão de prazos decorrentes de reequilíbrios econômicos, para os quais não existem obrigações de performance associadas junto ao Poder Concedente, sendo apenas alterada a estimativa contábil da amortização do intangível existente considerando o novo prazo de extensão.

Notas Explicativas

Política contábil após 1º de janeiro de 2022

A Companhia passou a reconhecer contabilmente os ativos não monetários oriundos de contratos de concessão firmados com o Poder Concedente de acordo com as características mencionadas acima, como ativo intangível pelo seu valor justo, tendo como contrapartida uma receita no resultado, considerando que não existe nenhuma obrigação de performance associada. Sobre o valor contabilizado no resultado, constituiu-se passivo fiscal diferido decorrente da diferença temporária.

A Administração entendeu que uma melhor apresentação dos impactos econômicos destas transações deveriam ser refletidos nas Demonstrações Financeiras da Companhia de modo a propiciar que os seus usuários pudessem ter uma melhor compreensão de seus reflexos.

Os efeitos decorrentes desta nova prática foram avaliados em transações similares anteriormente realizadas entre a Companhia e o Poder Concedente e não houve necessidade de ajuste retrospectivo, pois seus efeitos não foram considerados relevantes para as demonstrações financeiras.

3. Apresentação das ITR

Estas informações financeiras intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – (IASB). Incluem também as disposições da Lei nº 6.404/1976 e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Estas ITRs devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das ITRs estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

Em 12 de maio de 2022, foi autorizada pela Administração da Companhia a emissão destas ITRs.

4. Determinação dos valores justos

Neste trimestre não ocorreram mudanças nos critérios de determinação dos valores justos.

5. Gerenciamento de riscos financeiros

Neste trimestre não ocorreram mudanças no gerenciamento de riscos financeiros.

6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/03/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Caixa e bancos	8.833	11.415
Fundos de investimentos e CDB	<u>375.802</u>	<u>108.363</u>
Total - Caixa e equivalentes de caixa	<u><u>384.635</u></u>	<u><u>119.778</u></u>

Notas Explicativas**Aplicações financeiras**

	<u>31/03/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Circulante		
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos	49.560	19.751
Conta reserva	421	-
Total - Aplicações financeiras	<u>49.981</u>	<u>19.751</u>

As aplicações financeiras foram remuneradas, à taxa média, de 99,52% do CDI, equivalente a 2,41% a.a., em 31 de março de 2022 (99,41 do CDI, equivalente a 4,37% a.a., em média, em 31 de dezembro de 2021).

7. Contas a receber

	<u>31/03/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Circulante		
Receitas acessórias (a)	3.474	3.917
Pedágio eletrônico (b)	189.549	170.197
	193.023	174.114
Provisão para perda esperada - contas a receber (c)	(78)	(97)
	<u>192.945</u>	<u>174.017</u>

Idade de Vencimentos dos Títulos

	<u>31/03/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Créditos a vencer	192.809	173.686
Créditos vencidos até 60 dias	115	283
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	21	48
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	59	66
Créditos vencidos há mais de 180 dias	19	31
	<u>193.023</u>	<u>174.114</u>

- (a) Créditos de receitas acessórias (principalmente ocupação de faixa de domínio e locação de painéis publicitários) previstas no contrato de concessão;
- (b) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas à concessionária e créditos a receber decorrentes de vale pedágio; e
- (c) Refere-se a provisão para perda esperada – contas a receber, reflete a perda esperada da Companhia.

Notas Explicativas

8. Imposto de renda e contribuição social

a. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	<u>31/03/2022</u>	<u>31/03/2021</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	5.562.356	271.639
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(1.891.201)	(92.357)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Despesas indedutíveis	(590)	(1.218)
Remuneração variável de dirigentes estatutários	(61)	(199)
Incentivo relativo ao imposto de renda	1.378	1.736
Outros ajustes tributários	7	316
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>(1.890.467)</u>	<u>(91.722)</u>
Impostos correntes	(114.655)	(95.936)
Impostos diferidos	<u>(1.775.812)</u>	4.214
	<u>(1.890.467)</u>	<u>(91.722)</u>
Alíquota efetiva de impostos	<u>33,99%</u>	<u>33,77%</u>

b. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

	31/12/2021	Re conhecido no resultado	31/03/2022		
			Valor líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
Provisão para participação nos resultados (PLR)	1.376	(1.031)	345	345	-
Provisão para perda esperada - contas a receber	33	(5)	28	28	-
Provisões para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários	10.898	228	11.126	11.126	-
Constituição da provisão de manutenção	17.230	8.082	25.312	25.312	-
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (a)	(34.398)	1.612	(32.786)	-	(32.786)
Provisão para fornecedores	20	-	20	20	-
Arrendamento mercantil	25	(3)	22	22	-
Tributos com exigibilidade suspensa de pis e cofins	1.446	434	1.880	1.880	-
Ajuste a valor presente	(830)	4	(826)	163	(989)
Capitalização de juros	(39.193)	1.126	(38.067)	-	(38.067)
Custo de transação de empréstimos	(1.723)	94	(1.629)	-	(1.629)
Receita de reequilíbrio (b)	-	(1.786.380)	(1.786.380)	-	(1.786.380)
Outros	209	27	236	236	-
Impostos diferidos ativos (passivos) antes da compensação	(44.907)	(1.775.812)	(1.820.719)	39.132	(1.859.851)
Compensação de imposto	-	-	-	(39.132)	39.132
Imposto diferido líquido ativo (passivo)	(44.907)	(1.775.812)	(1.820.719)	-	(1.820.719)

Notas Explicativas

	31/12/2020	Reconhecido no resultado	31/03/2021		
			Valor líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
Provisão para participação nos resultados (PLR)	260	(31)	229	229	-
Provisão para perda esperada - contas a receber	15	(2)	13	13	-
Provisões para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários	16.304	976	17.280	17.280	-
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (a)	(89.723)	3.311	(86.412)	108.259	(194.671)
Provisão para perda de investimentos	297	(297)	-	-	-
Provisão para fornecedores	7	-	7	7	-
Arrendamento mercantil	12	12	24	24	-
Tributos com exigibilidade suspensa de pis e cofins	-	229	229	229	-
Outros	114	16	130	130	-
Impostos diferidos ativos (passivos) antes da compensação	(72.714)	4.214	(68.500)	126.171	(194.671)
Compensação de imposto	-	-	-	(126.171)	126.171
Imposto diferido líquido ativo (passivo)	(72.714)	4.214	(68.500)	-	(68.500)

- (a) Saldos de diferenças temporárias resultante da aplicação do artigo nº 69 da lei nº 12.973/2014 (fim do Regime Tributário de Transição) composto principalmente por depreciação do ativo imobilizado (fiscal) *versus* amortização do ativo intangível (contábil) e custos de debêntures capitalizados.
- (b) Refere-se a IR/CS diferidos sobre diferença temporária oriunda do registro da receita a CCR, decorrente da celebração do Acordo Definitivo em 31 de março de 2022.

9. Pagamentos antecipados relacionados à concessão

	Início da concessão (a)		Extensão do prazo da concessão (b)		Total	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Circulante	4.585	4.585	47.015	155.275	51.600	159.860
	Início da concessão (a)		Extensão do prazo da concessão (b)		Total	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Não Circulante	18.721	19.867	742.298	672.856	761.019	692.723

No decorrer do trimestre, findo em 31 de março de 2022, foi apropriado ao resultado o montante de R\$ 39.964 (R\$ 39.965 no trimestre findo em março de 2021).

- (a) Os pagamentos antecipados no início da concessão e pré-pagamentos ao Poder Concedente, relativos à outorga fixa da concessão e às indenizações de contratos sub-rogados, foram ativados e devem ser apropriados até o final do novo prazo de concessão; e
- (b) Para adequação do valor dos custos com outorga fixa na Companhia em que o prazo da concessão foi estendido, sem que houvesse alteração do prazo de pagamento da outorga fixa, parte do valor dos pagamentos foi ativado durante o prazo original da concessão e devem ser apropriados até o final do novo prazo de concessão .

10. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021, assim como as transações que influenciaram os resultados dos trimestres findos em 31 de março de 2022 e 2021, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas.

Notas Explicativas

	Transações			Saldos	
	31/03/2022			31/03/2022	
	Despesas / custos com serviços prestados	Repasse de custos e despesas de pessoal e outros	Receitas brutas	Ativo	Passivo
Contas a receber				Fornecedores e contas a pagar	
Controladora indireta					
CCR	16.590 (a)	7 (a)	176	210 (d)	2.158 (a)(d)
Outras partes relacionadas					
NovaDutra	2 (d)	-	-	5 (d)	3 (d)
ViaOeste	5 (d)	127 (d)	-	24 (d)	192 (d)
Samm	279 (e)	-	587 (c)	2.960 (c)	-
ViaCosteira	4 (d)	-	-	8 (d)	1 (d)
Total	16.880	134	763	3.207	2.354

	Transações			Saldos	
	31/03/2021			31/12/2021	
	Despesas / custos com serviços prestados	Receitas brutas		Ativo	Passivo
Contas a receber				Fornecedores e contas a pagar	
Controladora indireta					
CCR	7.429 (a)	-	-	357 (d)	5.348 (a)(d)
Outras partes relacionadas					
RDN	-	-	-	38 (d)	8 (d)
ViaOeste	-	-	-	26 (d)	41 (d)
RodoAnel Oeste	-	-	-	2 (d)	1 (d)
CPC	9.193 (b)	489	-	-	-
Samm	278 (e)	491 (c)	-	2.968 (c)	49 (e)
Instituto Cultural Flavio Gutierrez - ICFG	400 (f)	-	-	-	-
Renovias	-	-	-	9 (d)	-
SPVias	-	-	-	1 (d)	-
Total	17.300	980		3.401	5.447

Despesas com profissionais chave da administração

	31/03/2022	31/03/2021
Remuneração: (g)		
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	243	223
Outros benefícios:		
Provisão de participação no resultado		
Provisão para remuneração variável do ano a pagar no ano seguinte	207	-
Pagamento de provisão de PPR do ano anterior pago no ano	863	-
Previdência privada	18	17
Seguro de vida	1	1
	1.332	241

Saldos a pagar aos profissionais chave da administração

	31/03/2022	31/12/2021
Remuneração dos administradores (g)	293	938

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 05 de abril de 2022, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho de administração e diretoria da Companhia de até R\$ 1.700, incluindo salário, benefícios, remuneração variável pagos no ano e contribuição para a seguridade social.

Notas Explicativas

- (a) Contrato de prestação de serviços de gestão administrativa nas áreas de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos executados pela CCR GBS (*Global Business Services*), cujo vencimento se dá no mês seguinte ao do faturamento;
- (b) Contrato de prestação exclusiva de serviços de administração de obras de investimentos, conservação, serviços de informática e manutenção, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês seguinte ao do faturamento;
- (c) Contrato de locação de fibra óptica apagada com prazo contratual até o término da vigência do contrato de concessão, com valores liquidados no 10º dia útil do mês subsequente após recebimento e aceitação;
- (d) Refere-se a encargos de folha de pagamento relativo à transferência de colaboradores, cujo vencimento se dá no mês subsequente a emissão do documento;
- (e) Prestação de serviços de transmissão de dados, cujos valores são liquidados todo dia 20 do mês seguinte ao do faturamento;
- (f) Refere-se a doação para auxiliar o custeio das atividades e projetos sociais a serem desenvolvidos pelo Instituto CCR;
- (g) Contempla valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração e diretoria.

11. Ativo Imobilizado

	Taxa média anual de depreciação %	31/12/2021		31/03/2022		
		Saldo inicial	Adições	Transferências		Saldo final
				(a)	Outros (b)	
Valor de custo						
Móveis e utensílios		3.227	-	-	-	3.227
Máquinas e equipamentos		59.750	-	-	-	59.750
Veículos		13.350	-	-	-	13.350
Equipamentos operacionais		164.991	-	1.995	(4)	166.982
Imobilizações em andamento		8.876	1.190	(2.372)	-	7.694
Total custo		250.194	1.190	(377)	(4)	251.003
Valor de depreciação						
Móveis e utensílios	11	(2.844)	(53)	-	-	(2.897)
Máquinas e equipamentos	13	(46.613)	(1.093)	-	-	(47.706)
Veículos	23	(10.902)	(294)	-	-	(11.196)
Equipamentos operacionais	16	(152.128)	(1.573)	-	-	(153.701)
Total depreciação		(212.487)	(3.013)	-	-	(215.500)
Total geral		37.707	(1.823)	(377)	(4)	35.503

	Taxa média anual de depreciação %	31/12/2020		31/12/2021			
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências		Saldo final
					(a)	Outros (b)	
Valor de custo							
Móveis e utensílios		3.200	-	-	27	3.227	
Máquinas e equipamentos		58.138	-	(69)	1.681	59.750	
Veículos		17.310	-	(4.651)	691	13.350	
Equipamentos operacionais		161.811	-	(24)	3.221	164.991	
Imobilizações em andamento		7.322	7.143	(106)	(5.391)	8.876	
Total custo		247.781	7.143	(4.850)	229	250.194	
Valor de depreciação							
Móveis e utensílios	11	(2.624)	(220)	-	-	(2.844)	
Máquinas e equipamentos	13	(42.243)	(4.439)	69	-	(46.613)	
Veículos	23	(14.080)	(1.446)	4.624	-	(10.902)	
Equipamentos operacionais	15	(145.256)	(6.896)	24	-	(152.128)	
Total depreciação		(204.203)	(13.001)	4.717	-	(212.487)	
Total geral		43.578	(5.858)	(133)	229	37.707	

Notas Explicativas

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R\$ 186 no trimestre findo em 31 de março de 2022 (R\$ 131 no trimestre findo em 31 de março de 2021). A taxa média de capitalização nos trimestres findos em 31 de março de 2022 e 2021 foi de 0,80% a.m. e de 0,33% a.m., respectivamente (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de debêntures).

- (a) Reclassificações entre ativo imobilizado e ativo intangível; e
- (b) Refere-se a recebimento de sinistros e crédito de IRRF.

12. Intangível e infraestrutura em construção

	Taxa média anual de amortização %	31/12/2021		31/03/2022		
		Saldo inicial	Adições	Transferências (a)	Outros (d)	Saldo final
Valor de custo						
Direitos de exploração da infraestrutura concedida		3.667.882	-	1.655	5.253.985	8.923.522
Direitos de uso de sistemas informatizados		17.368	-	377	-	17.745
Direitos de uso de sistemas informatizados em andamento		3.538	271	-	-	3.809
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados		5.924	-	-	-	5.924
Total custo		3.694.712	271	2.032	5.253.985	8.951.000
Valor de amortização						
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	(*)	(2.100.991)	(61.487)	-	-	(2.162.478)
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	(15.432)	(208)	-	-	(15.640)
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	20	(5.628)	(28)	-	-	(5.656)
Total amortização		(2.122.051)	(61.723)	-	-	(2.183.774)
Total intangível		1.572.661	(61.452)	2.032	5.253.985	6.767.226
Infraestrutura em construção		34.794	6.532	(1.655)	-	39.671

	Taxa média anual de amortização %	31/12/2020		31/12/2021			
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Outros (d)	Saldo final
Valor de custo							
Direitos de exploração da infraestrutura concedida		3.311.743	352.000 (b)	-	4.293	(154)	3.667.882
Direitos de uso de sistemas informatizados		16.815	-	-	562	(9)	17.368
Direitos de uso de sistemas informatizados em andamento		3.147	1.632	(86)	(1.155)	-	3.538
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados		5.720	-	-	204	-	5.924
Total custo		3.337.425	353.632	(86)	3.904	(163)	3.694.712
Valor de amortização							
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	(*)	(1.747.173)	(353.818) (b)	-	-	-	(2.100.991)
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	(14.618)	(814)	-	-	-	(15.432)
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	20	(5.516)	(112)	-	-	-	(5.628)
Total amortização		(1.767.307)	(354.744)	-	-	-	(2.122.051)
Total intangível		1.570.118	(1.112)	(86)	3.904	(163)	1.572.661
Infraestrutura em construção		12.190	26.739 (c)	-	(4.133)	(2)	34.794
Total geral		1.582.308	25.627	(86)	(229)	(165)	1.607.455

- (*) Amortização pela curva de benefício econômico;
- (a) Reclassificação entre ativo intangível e ativo imobilizado infraestrutura em construção e intangível;
- (b) Em 2021, refere-se principalmente, ao pagamento de R\$ 352.000 previsto do Termo Aditivo Preliminar Coletivo n° 1, firmado em 29 de junho de 2021, entre a Companhia e o Poder Concedente. Este valor tem sua amortização calculada, considerando a curva de benefício econômico, a partir do início do prazo estendido da concessão definidos no TAM de 2006 e subsequentes, até o prazo atual de término da concessão. Tendo em vista que parte destes prazos já transcorreu, o saldo da amortização correspondente, no montante de R\$ 109.428, foi apropriado ao resultado na mesma data de ativação, enquanto a parcela remanescente de R\$ 242.572 (na data de ativação), está sendo amortizada até o prazo final da concessão. Para maiores informações vide nota explicativa n° 1.1 – Acordo preliminar; e
- (c) Das obras que compõem a infraestrutura em construção, destacam-se obras de implantação de faixa adicional e acostamento do km 83 ao 84 da SP-330 sentido interior e as obras de implantação de via marginal do km 52+880 ao 53+856 e do km 54+320 ao km 55+091 da SP-330, que inclui o alargamento da marginal existente e da alça de saída para a via expressa sentido

Notas Explicativas

interior do km 55+300 ao 56+000. Além disso, realização de serviços de recuperação de pavimentação asfáltica e de recuperação de 97 obras de arte contemplando a estrutura, as juntas elastoméricas/asfálticas, pintura de barreiras e taludes de obras de arte; e

- (d) Do montante de R\$ 5.253.985, R\$ 5.254.058 refere-se ao Termo Aditivo e Modificativo Coletivo no 01/2022 (Acordo Definitivo) ao seu contrato de concessão, estabelecendo os valores finais dos desequilíbrios econômico-financeiros, previstos no Acordo Preliminar assinado em 29 de junho de 2021 e R\$ 73 refere-se a desapropriações. Em 31 de dezembro de 2021, refere-se a créditos de IRRF e desapropriações;

Tendo em vista a existência de saldo regulatório remanescente favorável à concessionária, seu contrato de concessão foi prorrogado até 31 de dezembro de 2037, de forma irrevogável e irreatável.

O valor justo atualizado (R\$ 5.254.058) deste direito foi mensurado em referência ao montante final pactuado entre as partes no Acordo Definitivo, cujos cálculos regulatórios seguiram os ritos normativos e métodos regulatórios aplicáveis, além de variáveis negociais. O direito foi reconhecido como ativo intangível, tendo contrapartida em receita, pois não existe nenhuma assunção de obrigação de execução de obras adicionais.

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 988 no trimestre findo em 31 de março de 2022 (R\$ 351 no trimestre findo em 31 de março de 2021). As taxas médias de capitalização nos trimestres findos em 31 de março de 2022 e 2021 foram de 0,80% a.m. e de 0,33% a.m., respectivamente (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de debêntures).

13. Arrendamento mercantil

a. Direito de uso em arrendamento

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/03/2022</u>	
	<u>Saldo inicial</u>	<u>Depreciação</u>	<u>Saldo final</u>
Veículos	1.201	(240)	961
	<u>1.201</u>	<u>(240)</u>	<u>961</u>

b. Passivo de arrendamento

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/03/2022</u>			
	<u>Saldo inicial</u>	<u>Reversão do ajuste a valor presente</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Transferências</u>	<u>Saldo final</u>
Circulante	(1.026)	(19)	266	(248)	(1.027)
Não circulante	(248)	-	-	248	-
	<u>(1.274)</u>	<u>(19)</u>	<u>266</u>	<u>-</u>	<u>(1.027)</u>

O cálculo do valor presente foi efetuado considerando-se uma taxa de juros nominal de 7,08% a.a. para contratos de arrendamentos. As taxas são equivalentes às de emissão de dívidas no mercado com prazos e vencimentos equivalentes.

No trimestre findo em 31 de março de 2022, foi reconhecido como despesa de aluguel o montante de R\$ 561, decorrente de arrendamentos mercantis não reconhecidos como tal, dada sua característica de curto prazo.

Notas Explicativas

14. Debêntures

Série	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Custo de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar em 31/03/2022	Vencimento Final	31/03/2022	31/12/2021
1. 10a Emissão - Série Única	CDI + 1,20% A.A	1,3001% (a)	2.799	1.256	Outubro de 2026	578.165	562.657 (c)
2. 12a Emissão - Debêntures	CDI + 1,30% A.A.	1,3569% (b)	3.676	3.535	Novembro de 2026	1.454.667	1.415.492 (c)
Total geral				<u>4.791</u>		<u>2.032.832</u>	<u>1.978.149</u>
						31/03/2022	31/12/2021
Circulante							
Debêntures						198.721	144.316
Custos de transação						(458)	(488)
						<u>198.263</u>	<u>143.828</u>
Não Circulante							
Debêntures						1.838.901	1.838.900
Custos de transação						(4.332)	(4.579)
						<u>1.834.569</u>	<u>1.834.321</u>

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas para fins de cálculo da TIR as taxas contratuais variáveis;
- (b) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos de transação incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas de CDI aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação; e

Garantias:

- (c) Fiança corporativa da CCR em condição suspensiva, no caso de término antecipado do contrato de concessão.

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	<u>31/03/2022</u>
2023	107.800
2024	107.800
2025	807.800
2026 em diante	815.501
(-) Custo de transação	<u>(4.332)</u>
Total	<u><u>1.834.569</u></u>

A Companhia possui contratos de debêntures, entre outros, com cláusulas de *cross default* e/ou *cross acceleration*, ou seja, que estabelecem vencimento antecipado, caso deixe de pagar valores devidos em outros contratos por ela firmados ou caso ocorra o vencimento antecipado dos referidos contratos. Os indicadores são constantemente monitorados a fim de evitar a execução de tais cláusulas. Não há quebra de covenants relacionados às debêntures.

As condições, garantias e restrições pactuadas não foram alteradas e estão sendo cumpridas regularmente.

15. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários

A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, cíveis e contratuais.

Notas Explicativas

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos; (ii) análise das demandas judiciais pendentes; e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

	31/12/2021		31/03/2022			Atualização de bases processuais e monetária	Saldo final
	Saldo inicial	Constituição	Reversão	Pagamentos			
Não circulante							
Cíveis e administrativos	5.781	1.217	(189)	(2.019)	(312)	4.478	
Trabalhistas e previdenciários	3.352	1.691	(139)	(1.666)	(342)	2.896	
Tributários	22.918	2.264	-	-	167	25.349	
	<u>32.051</u>	<u>5.172</u>	<u>(328)</u>	<u>(3.685)</u>	<u>(487)</u>	<u>32.723</u>	

A Companhia possui outros riscos relativos a questões tributárias, cíveis e trabalhistas, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS não determinam sua contabilização.

	31/03/2022	31/12/2021
Cíveis e administrativos	2.553	2.807
Trabalhistas e previdenciários	5.668	2.965
Tributários (a)	25.887	23.779
	<u>34.108</u>	<u>29.551</u>

O principal processo relativo à questão tributária foi:

(a) Do montante total, R\$ 20.547 refere-se à execução fiscal relativa ao não recolhimento do ISSQN para a prefeitura do município de Cajamar do exercício de 2004.

Além de efetuar depósitos judiciais, foram contratadas fianças judiciais para os processos em andamento, cujo montante em 31 de março de 2022 é de R\$ 37.420 (R\$ 54.653 em 31 de dezembro de 2021).

16. Provisão de manutenção

	31/12/2021		31/03/2022	
	Saldo inicial	Constituição (a)	Ajuste a valor presente	Saldo final
Não circulante	50.677	22.773	999	74.449
	<u>50.677</u>	<u>22.773</u>	<u>999</u>	<u>74.449</u>

(a) Montante constituído devido a extensão do prazo contratual. Para mais informações vide nota 1.1– Acordo preliminar.

A taxa de 31 de março 2022 e 31 de dezembro de 2021, para o cálculo do valor presente, é de 7,08% a.a. para ambos os períodos.

Notas Explicativas

17. Patrimônio Líquido

a. Lucro básico e diluído

A Companhia não possui instrumentos que, potencialmente, poderiam diluir os resultados por ação.

	<u>31/03/2022</u>	<u>31/03/2021</u>
Numerador		
Lucro líquido do exercício	3.671.889	179.917
Denominador		
Média ponderada de ações - básico e diluído (em milhares)	<u>175.000</u>	<u>175.000</u>
Lucro por ação - básico e diluído	<u>20,98222</u>	<u>1,02810</u>

18. Receitas operacionais

	<u>31/03/2022</u>	<u>31/03/2021</u>
Receitas de pedágio	630.822	544.831
Receitas de construção (ICPC 01 R1)	5.632	4.676
Receitas de prestação de serviço de partes relacionadas	763	980
Receitas de reequilíbrio (a)	5.254.058	-
Receitas acessórias	12.984	9.118
Receita bruta	<u>5.904.259</u>	<u>559.605</u>
Impostos sobre receitas	(55.658)	(47.969)
Abatimentos	(173)	(1)
Deduções das receitas brutas	<u>(55.831)</u>	<u>(47.970)</u>
Receita líquida	<u>5.848.428</u>	<u>511.635</u>

- (a) Refere-se a receita de reequilíbrio decorrente da celebração do Acordo Definitivo em 31 de março de 2022. Para maiores informações vide notas explicativas 1, 2, 8.b e 12.

Notas Explicativas

19. Resultado financeiro

	<u>31/03/2022</u>	<u>31/03/2021</u>
Despesas Financeiras		
Juros sobre debêntures	(54.748)	(23.642)
Variação monetária sobre debêntures	-	(22.665)
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	(999)	-
Capitalização de custos dos empréstimos	1.174	482
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	(1)	(4)
Ajuste a valor presente - arrendamento mercantil	(19)	(97)
Taxa, comissões e outras despesas financeiras	(466)	(485)
	<u>(55.059)</u>	<u>(46.411)</u>
Receitas Financeiras		
Variação monetária sobre debêntures	-	2.415
Rendimento sobre aplicações financeiras	6.300	1.541
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	-	2
Juros e outras receitas financeiras	323	296
	<u>6.623</u>	<u>4.254</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(48.436)</u>	<u>(42.157)</u>

20. Instrumentos financeiros

A política de contratação de instrumentos financeiros, os métodos e premissas adotados na determinação dos valores justos, bem como os critérios de seus registros e classificações hierárquicas são os mesmos divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021.

Todas as operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas informações trimestrais intermediárias, conforme o quadro a seguir:

Instrumentos financeiros por categoria

	<u>31/03/2022</u>			<u>31/12/2021</u>		
	Valor justo através do resultado	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	Valor justo através do resultado	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado
Ativos						
Caixa e bancos	8.833	-	-	11.415	-	-
Aplicações financeiras	425.783	-	-	128.114	-	-
Contas a receber	-	192.945	-	-	174.017	-
Contas a receber - partes relacionadas	-	3.207	-	-	3.401	-
Depósitos judiciais	-	1.046	-	-	-	-
Passivos						
Debêntures (a)	-	-	(2.032.832)	-	-	(1.978.149)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(42.951)	-	-	(38.347)
Fornecedores - partes relacionadas	-	-	(2.354)	-	-	(5.447)
Obrigações com o poder concedente	-	-	(3.536)	-	-	(3.542)
	<u>434.616</u>	<u>197.198</u>	<u>(2.081.673)</u>	<u>139.529</u>	<u>177.418</u>	<u>(2.025.485)</u>

(a) Valores líquidos dos custos de transação.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Caixa e bancos, e aplicações financeiras** - Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis. As aplicações financeiras em fundos de investimentos estão valorizadas pelo valor da cota do fundo na data das demonstrações financeiras, que corresponde ao seu valor justo (nível 2). As aplicações financeiras em CDB (Certificado de Depósito

Notas Explicativas

Bancário) e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra na “curva do papel” e, portanto, a Companhia entende que seu valor justo corresponde ao seu valor contábil.

- **Contas a receber, contas a receber - partes relacionadas, fornecedores e outras contas a pagar, fornecedores - partes relacionadas** - Os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações.
- **Obrigações com o poder concedente** - Consideram-se os valores contábeis desses instrumentos financeiros equivalentes aos valores justos, por se tratar de instrumento financeiro com característica exclusiva, oriundos de fontes de financiamento específicas.
- **Debêntures mensuradas ao custo amortizado** - Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos (nível 2), os saldos apurados seriam os seguintes:

	31/03/2022		31/12/2021	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Debêntures (a) (b)	2.037.623	2.111.928	1.983.216	2.062.715

(a) Valores brutos dos custos de transação.

(b) Os valores justos estão qualificados no nível 2, conforme definição detalhada no item “Hierarquia do valor justo”, a seguir.

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: B3 e Bloomberg), acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI).

Hierarquia de valor justo

A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados a seguir:

	31/03/2022	31/12/2021
Nível 2:		
Aplicações financeiras	425.783	128.114

Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Apresentamos abaixo, as análises de sensibilidade quanto às variações em taxas de juros.

Notas Explicativas

Nas análises de sensibilidade, não foram considerados nos cálculos novas contratações de operações com derivativos além dos já existentes.

A Companhia adotou para os cenários de estresse A e B da análise de sensibilidade, os percentuais de 25% e 50%, respectivamente, os quais são aplicados no sentido de apresentar situação que demonstre sensibilidade relevante de risco variável.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de debêntures com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de março de 2023 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Operação	Risco	Vencimentos até	Exposição em R\$ (5) e (6)	Efeito em R\$ no resultado		
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Debêntures - 10ª Emissão	CDI (2)	Outubro de 2026	579.421	(75.266)	(92.344)	(109.422)
Debêntures - 12ª Emissão	CDI (2)	Novembro de 2026	1.458.202	(191.046)	(234.068)	(277.090)
ISS Parcelado	Selic (4)		593	(69)	(86)	(104)
Aplicação Financeira (CDB)	CDI (2)		421	40	50	59
Aplicação financeira (Menkar II) (6)	CDI (2)		425.362	49.102	61.371	73.637
Total do efeito de ganho ou (perda)				<u>(217.239)</u>	<u>(265.077)</u>	<u>(312.920)</u>
Efeito sobre as debêntures				(266.312)	(326.412)	(386.512)
Efeito sobre as aplicações financeiras				49.142	61.421	73.696
Efeito sobre obrigações parceladas				(69)	(86)	(104)
Total do efeito de ganho ou (perda)				<u>(217.239)</u>	<u>(265.077)</u>	<u>(312.920)</u>
As taxas de juros consideradas foram (1):						
	CDI (2)			11,65%	14,56%	17,47%
	IPC-A (3)			11,30%	14,13%	16,95%
	Selic over (4)			11,65%	14,56%	17,47%

(1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo;

Nos itens (2) a (4) abaixo, estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável:

- (2) Refere-se à taxa de 31/03/2022, divulgada pela B3;
- (3) Refere-se à variação anual acumulada nos últimos 12 meses, divulgada pelo IBGE;
- (4) Refere-se à taxa de 31/03/2022, divulgada pelo Banco Central do Brasil;
- (5) Como o conceito é de dívida líquida, o cenário para se mensurar o impacto no caixa sobre as aplicações financeiras é o mesmo para o endividamento, ou seja, de aumento de taxas de juros. Neste cenário, as aplicações financeiras se beneficiam, pois são pós-fixadas;
- (6) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação e, também, não consideram os saldos de juros em 31/03/2022, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores; e
- (7) Os cenários de estresse contemplam depreciação dos fatores de risco (CDI, IPCA e Selic).

Notas Explicativas

21. Compromissos vinculados a contratos de concessão

a. *Compromissos com o Poder Concedente*

Outorga variável

Refere-se à parte do preço da delegação do serviço público, representado por valor variável, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente, correspondente a 3% da receita mensal bruta. A partir de julho de 2013 (exceto outubro de 2013), a alíquota passou a ser de 1,5% sobre a receita bruta mensal, conforme autorizado pelo Poder Concedente.

No decorrer do trimestre findo em 31 de março de 2022, foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 9.585 referente ao direito de outorga variável (R\$ 8.535 no período findo em 31 de março de 2021).

b. *Compromissos relativos à concessão*

Além dos pagamentos ao Poder Concedente, a Companhia assumiu compromissos em seu contrato de concessão. O de realizar novos investimentos, substancialmente representados por obras de ampliação, alargamento e recuperação das rodovias. Conforme orçamento de capital estabelecido entre a Companhia e o Poder Concedente, em 31 de março de 2022 esses compromissos estavam estimados em R\$ 2.941.781 (R\$ 401.148 em 31 de dezembro de 2021).

22. Demonstração dos fluxos de caixa

a. Efeitos nas demonstrações em referência, que não afetaram o caixa no período findo em 31 de março de 2022. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo:

	<u>31/03/2022</u>
Tributos a recuperar	4
Receita de reequilíbrio	<u>5.254.058</u>
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	<u><u>5.254.062</u></u>
Outros de ativo imobilizado e intangível	<u>(5.254.062)</u>
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	<u><u>(5.254.062)</u></u>

b. A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos.

Notas Explicativas

c. Reconciliação das atividades de financiamento

	<u>Debêntures</u>	<u>Passivo de arrendamento</u>	<u>Total</u>
Saldo Inicial	(1.978.149)	(1.274)	(1.979.423)
Variações dos fluxos de caixa de financiamento			
Pagamentos de principal e juros	65	266	331
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	65	266	331
Outras variações			
Despesas com juros e variação monetária	(54.748)	-	(54.748)
Reversão do a ajuste a valor presente	-	(19)	(19)
Total das outras variações	(54.748)	(19)	(54.767)
Saldo Final	<u>(2.032.832)</u>	<u>(1.027)</u>	<u>(2.033.859)</u>

23. Eventos subsequentes

- **Dividendos**

Em Ata de Reunião do Conselho de Administração (ARCA), realizada em 27 de abril de 2022, foram aprovados os pagamentos de dividendos intermediários no montante de R\$ 198.744, correspondentes a R\$ 1,1356799107 por ação ordinária, sendo R\$ 197.344 correspondente a R\$ R\$ 1,12767991074 por ação ordinária, a conta de “Reserva de Retenção de Lucros”, e R\$ 1.400 correspondente a R\$ 0,008 por ação ordinária, a conta de lucros acumulados do exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Ambos os pagamentos ocorreram em 29 de abril de 2022.

Notas Explicativas

Composição do Conselho de Administração

Fábio Russo Corrêa	Presidente do Conselho
Waldo Edwin Perez Leskovar	Vice - Presidente do Conselho
Marcio Yassuhiro Iha	Conselheiro

Composição da Diretoria

Rogério Cezar Bahú	Diretor Presidente e de RI
José Salim Kallab Fraiha	Diretor Operacional

Contadora

Fabia da Vera Cruz Campos Stancatti
CRC 1SP190868/O-0

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos Acionistas, Conselheiros e aos Administradores da
Concessionária do Sistema Anhanguera - Bandeirantes S.A.
Jundiaí - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concessionária do Sistema Anhanguera - Bandeirantes S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2022, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21(R1) e a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros Assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 12 de maio de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP014428/O-6

Marcelo Gavioli
Contador CRC 1SP201409/O-1

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

- DECLARAÇÃO DA DIRETORIA -

Em observância às disposições constantes no artigo 31, §1º, inciso (ii), da Resolução CVM nº. 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes ("KPMG") sobre as Informações Trimestrais da Companhia, emitido nesta data, e com as respectivas Informações Trimestrais, relativas ao trimestre encerrado em 31 de março de 2022.

Jundiaí/SP, 12 de maio de 2022.

ROGÉRIO CEZAR BAHÚ
DIRETOR PRESIDENTE E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

JOSÉ SALIM KALLAB FRAIHA
DIRETOR OPERACIONAL

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

- DECLARAÇÃO DA DIRETORIA -

Em observância às disposições constantes no artigo 31, §1º, inciso (ii), da Resolução CVM nº. 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes ("KPMG") sobre as Informações Trimestrais da Companhia, emitido nesta data, e com as respectivas Informações Trimestrais, relativas ao trimestre encerrado em 31 de março de 2022.

Jundiaí/SP, 12 de maio de 2022.

ROGÉRIO CEZAR BAHÚ
DIRETOR PRESIDENTE E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

JOSÉ SALIM KALLAB FRAIHA
DIRETOR OPERACIONAL